ATA REUNIÃO DA REDE DE CONTROLE

No dia 1º de setembro de 2026, reuniram-se de forma virtual os integrantes da REDE Lúcia de Fátima Ribeiro Magalhães (CGE/AM), Paulo Henrique Castro Grande de Arruda (Secex/TCU), Edinaldo Aquino de Medeiros (MP/AM), Arnaldo Flores (CGM/Manaus), Lincoln Costa Novo (MPC/AM), João Victor Aranha Ribeiro (CGU) e Danielle Albuquerque, representando a Dra. Carla (TRT da 11ª Região), com a participação também de Wanda Nogueira (CGE/AM), para tratar da seguinte pauta: 1) Andamento do Acordo de Cooperação e publicação do respectivo extrato; 2) Participação da Rede Amazonas na Reunião da Rede Nacional de Controle Interno; 3) Regimento Interno da Rede; 4) Outros assuntos.

A reunião teve início com o primeiro item da pauta, relativo ao andamento do Acordo de Cooperação assinado em 13 de agosto de 2026. O representante do TCU informou que o instrumento ainda aguarda a colheita de assinaturas de 3 (três) órgãos: Receita Federal, Polícia Federal e Ministério Público Federal. Acrescentou que: a) já está agendada a data de 9 de setembro para a Polícia Federal assinar; b) o contato com o servidor responsável pela Receita Federal já estava em andamento; c) quanto ao MPF, informou-se que a Procuradora-Chefe, cujo nome consta do termo, estaria de férias durante o mês de setembro, o que poderá exigir a assinatura por substituto ou por meio do Gov.br.

A representante da CGE ponderou sobre o prazo legal para a publicação do extrato, tendo em vista que o prazo já estaria em curso. O representante do TCU comprometeu-se a verificar a possibilidade de publicar o extrato independentemente da conclusão de todas as assinaturas, por se tratar apenas do status do acordo, e a dar retorno ao grupo.

No segundo item, a Sra. Lúcia informou que a apresentação da Rede Amazonas na Reunião da Rede Nacional de Controle Interno, originalmente prevista para agosto, foi

remanejada para a última terça-feira de outubro de 2026, em razão de compromisso do Dr. Jeibson Justiniano junto ao CNJ e da inclusão, na pauta de agosto, de apresentação do TCU sobre mudanças climáticas. Informou, ainda, que a próxima reunião plenária da Rede Nacional ocorrerá em novembro de 2026, em Maceió/AL, com data a ser confirmada pela organização (10 e 11, ou 11 e 12), tendo como tema central a integridade, cuja programação definitiva ainda não foi divulgada.

Esclareceu que o evento é aberto à participação de todos os órgãos, ainda que a votação sobre a pauta do ano seguinte seja restrita aos coordenadores das redes estaduais, competência que, no caso da Rede Amazonas, será exercida pelo Dr. Jeibson Justiniano.

No terceiro item, deu-se prosseguimento à discussão sobre o Regimento Interno da Rede, com a participação do representante do MP/AM especialmente para tratar do tema. Após debate entre os presentes, deliberou-se pelas seguintes alterações à minuta:

a) supressão da Coordenação de Secretaria, com a incorporação de suas atribuições à Coordenação Executiva e, subsidiariamente, à Coordenação Adjunta, tendo em vista a estrutura enxuta da Rede;

b) alteração da competência de assinatura das orientações técnicas, que passarão a ser assinadas pelo coordenador executivo, suprimindo-se a expressão "preferencialmente";

c) avaliar se o termo "portaria" deve ser mantido para delimitar as matérias administrativas internas da Rede (ex.: hospedagem do portal eletrônico);

d) revisão da atribuição do coordenador executivo quanto ao acompanhamento das orientações técnicas, substituindo-se a expressão "monitorar o cumprimento" por redação a ser proposta pelo representante do TCU, no sentido de acompanhar os encaminhamentos decorrentes das orientações técnicas e divulgar internamente os resultados;

e) alteração da forma de divulgação das orientações técnicas: em vez da divulgação obrigatória à imprensa por meio das assessorias de comunicação de cada instituição, passarão a ser divulgadas no sítio eletrônico institucional da Rede, com possibilidade de republicação pelos órgãos partícipes conforme suas regras internas — ajuste que visa contemplar órgãos federais sediados em Brasília, sem ingerência sobre seus próprios canais de publicação;

f) inclusão de cláusula sobre o compartilhamento de informações, bancos de dados e documentos entre os órgãos partícipes, a ser redigida em conformidade com as normas legais aplicáveis de sigilo, proteção de dados e segurança da informação, e com os procedimentos internos de cada instituição;

g) inclusão de cláusula esclarecendo que a atuação da Rede tem natureza cooperativa, não substituindo, ampliando, restringindo ou modificando as competências legais, constitucionais e regimentais próprias de cada instituição integrante;

h) previsão de possibilidade de assinatura de orientação técnica por outro membro do colegiado (coordenador adjunto ou outro designado em ata), nos casos em que o coordenador executivo e o adjunto tenham sido vencidos na deliberação por maioria simples, resguardando-se a posição institucional do órgão vencido — redação a ser elaborada pelo representante do TCU.

Ficou definido que a CGE/AM, por meio de Wanda Nogueira, consolidará as alterações discutidas na presente reunião e disponibilizará a minuta revisada em documento colaborativo na nuvem, cujo link será compartilhado com todos os membros da Rede para contribuições complementares. Considerando a necessidade de deliberação final sobre o texto consolidado, os membros presentes deliberaram pela realização de reunião extraordinária, em 15 de setembro de 2026, destinada exclusivamente à votação do Regimento Interno.

Nos assuntos gerais, a Sra. Lúcia informou que o Comitê de Combate à Corrupção do Estado do Amazonas, também presidido pela CGE/AM, está debatendo a criação de um painel de integridade do Poder Executivo estadual, de caráter auto declaratório e inspirado no PNPC, porém direcionado a um mapeamento dinâmico por município no âmbito do Executivo estadual, com possibilidade de extensão futura aos municípios do interior.

Informou que a proposta ainda está em fase de desenho pelo comitê, com participação da Sefaz, e que remeterá ao grupo o modelo de programação assim que disponível, para debate nas reuniões de outubro e novembro, com vistas à realização de evento em 9 de dezembro de 2026.

Não havendo mais assuntos a tratar, encerrou-se a reunião.

Manaus, 1º de setembro de 2026